



## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **31 DE DEZEMBRO 2021 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

**MENDESPREV SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA - CNPJ: 65.160.848/0001-23**

#### **1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A **MENDESPREV SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA** é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, constituída em 26 de abril de 1991, por prazo indeterminado, conforme Portaria nº 3.742 de 14 de novembro de 1990, do Ministério da Previdência Social. O objetivo social é administrar planos de benefícios de natureza previdenciária em favor de seus participantes e assistidos, nos termos e condições previstos em seu Estatuto, Regulamentos dos Planos e na legislação vigente. A legislação de regência é a Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001.

No dia 31 de maio de 2021 a PREVIC, por meio das portarias número 325 e 326, decretou a liquidação extrajudicial de Mendesprev, em razão da ausência de condições para cumprir as suas obrigações previdenciárias e da inviabilidade de recuperação da entidade. A partir do dia 1º/06/2021, o Liquidante nomeado passa a ser o único e exclusivo representante legal da entidade liquidanda para todos os fins de direito, ficando destituídos todos os poderes de representação conferidos aos membros dos órgãos estatutários até então em exercício, conforme determinam os artigos 54, 55 e 56, da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001.

Apresentamos as demonstrações contábeis referente a data base 31 de dezembro de 2021.

A Mendesprev é uma entidade multipatrocinada, com planos patrocinados pelas seguintes empresas:

- Mendes Júnior Participações S.A.;
- Mendes Júnior Engenharia S.A.;
- Mendes Júnior Empreendimentos, Montagens e Serviços Ltda.;
- Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.;
- TAMIG – Táxi Aéreo Minas Gerais Ltda.;
- Edificadora S.A.;
- Florestas Mendes Júnior Ltda.;
- Mendesprev Sociedade Previdenciária;
- Mendes Júnior Concessões S.A.

Administra um Plano de Gestão Administrativa e dois Planos de Benefícios, que possuem autonomia patrimonial:

- Plano de Gestão Administrativa, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 9970.000-00;
- Plano Misto de Benefícios – SALDADO, encontra-se fechado para novas adesões e saldado, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 1990.0017-18, classificado pelo órgão regulador e fiscalizador na modalidade Benefício Definido;
- Plano CD de Benefícios, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 2009.0034-38, classificado pelo órgão regulador e fiscalizador na modalidade Contribuição Definida.

A Mendesprev não administra planos assistenciais ou de autogestão em saúde.



Os recursos dos planos são aplicados conforme Políticas de Investimentos aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade, respeitadas as diretrizes da Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, que revogou a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e 4.275 de 31 de outubro de 2013. A Entidade não gera e nem distribui lucro ou participações em investimentos.

A contabilidade está localizada em sua sede, situada no município de Belo Horizonte/MG, registrada em livros obrigatórios, com observância das disposições legais vigentes.

O quadro geral de credores do Plano Misto de Benefícios é composto por 511 participantes, sendo 86 BPD, 332 assistidos e 93 pensionistas. Do Plano CD de Benefícios é de 63 participantes, sendo 47 ativos e 16 assistidos.

## **2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

O exercício social tem seu início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro. Porém excepcionalmente, em razão da liquidação extrajudicial, apresentamos, também, informações relativas a posição 31 de maio.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, também, em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente à Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e suas alterações, Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, e suas alterações, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprovou a NBC – ITG 2001, bem como as demais práticas contábeis brasileiras, quando aplicáveis.

Na contabilidade das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC não há separação de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo de suas atividades de forma que a apresentação de ativos e passivos proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta a segregação dos registros contábeis em: Gestão Previdencial, Gestão dos Investimentos e Gestão Administrativa.

Os registros contábeis são realizados por plano e são apresentados em balancetes específicos. O balancete consolidado é utilizado para efetuar os lançamentos decorrentes das operações comuns entre os planos, respeitando a autonomia patrimonial de cada plano.

Os modelos dos demonstrativos contábeis, consolidados e por plano, são:

- Balanço Patrimonial (consolidado): constituído por ativo, passivo e patrimônio social. Ativo compreende bens, direitos e demais aplicações de recursos. Passivo compreende obrigações para com os participantes e terceiros. Patrimônio Social compreende reservas de cobertura dos planos e seus fundos;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (consolidada): evidencia as modificações no Patrimônio Social durante o ano;
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (por plano de benefícios): demonstra as alterações do ativo líquido;
- Demonstração do Ativo Líquido (por plano de benefícios): evidencia os componentes patrimoniais de cada plano;
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa: demonstra as movimentações administrativas e o fundo administrativo;
- Demonstração das Provisões Técnicas (por plano de benefícios): demonstra a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios.

A Mendesprev optou por apresentar a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) de maneira consolidada, em razão da irrelevância da informação.



## **2.1 Reclassificação das Demonstrações Contábeis Relativas ao Exercício de 2020 – IN PREVIC 31/2020**

Em virtude das alterações implementadas pela Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020 e atualizada pela Instrução Normativa PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021, que dentre outros aspectos realizou ajustes e adequações na planificação contábil e nas demonstrações contábeis das EFPC, as demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2020 foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021. A obrigatoriedade da apresentação das demonstrações contábeis de 2020 reclassificadas, está estabelecida no anexo III da Instrução PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021, da seguinte maneira:

*“Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas”.*

Os principais ajustes realizados para atendimento aos preceitos legais constam nos itens a seguir:

### **2.1.1 Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada**

A DMPS – Demonstração da Mutação do Patrimônio Social de 2020 apresentou as seguintes adaptações, como base de comparação:

**Adições:** abertura dos valores de Contribuições, R\$ 53 milhões, em dois grupos, sendo R\$ 1,7 milhões de Contribuições Previdenciais e R\$ 51,3 milhões de Outras Adições Previdenciais descritos a seguir. Destaca-se que a reclassificação realizada não alterou o valor das “Adições Totais” nem o Patrimônio Social no exercício social de 2020.

**Destinações:** abertura dos valores de Benefícios, R\$ 62,7 milhões, em três grupos, sendo R\$ 49,3 milhões de Benefícios, R\$ 92 mil de resgates de cota e R\$ 13,2 milhões de Outras Deduções. Destaca-se que a reclassificação realizada não alterou o valor dos “Benefícios totais” nem o Patrimônio Social no exercício social de 2020.

### **2.1.2 Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano**

#### Plano Misto de Benefícios - SD

Nas Demonstração da Mutação do Ativo Líquido, por plano, a abertura dos valores de “Contribuições” para atender a Instrução Normativa, no valor de R\$ 52,8 milhões, sendo R\$ 1,5 milhão de Contribuições Previdenciais e R\$ 51,3 milhões de Outras Adições Previdenciais.

Já a abertura dos valores de “Benefícios” no valor de R\$ 62,2 milhões, sendo R\$ 49 milhões de Benefícios e R\$ 13,2 milhões de Outras Deduções.

#### Plano CD de Benefícios

Nas Demonstração da Mutação do Ativo Líquido, por plano, a abertura dos valores de “Benefícios” para atender a Instrução Normativa, no valor de R\$ 556 mil, sendo R\$ 385 mil de Benefícios, R\$ 92 mil de Resgates e R\$ 50 mil de Outras Deduções.

### **2.1.3 Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado**

Até o exercício social de 2020 a os valores das despesas administrativas previdenciais eram apresentadas de forma segregada entre administração previdencial e administração dos investimentos. Para fins de reclassificação comparativa, os valores das despesas administrativas apresentados em 2020 foram consolidados, não ocorrendo alteração nos valores das “Despesas Administrativas Totais” nem no “Saldo do Fundo Administrativo Consolidado”.



DPGA - 2020			
Instrução 34 /2009		Instrução 31/2020	
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(2.357)</b>	<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(2.357)</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>(1.235)</b>	<b>2.1 Administração dos Planos Previdenciais</b>	<b>(2.357)</b>
Pessoal e encargos	(795)	Pessoal e encargos	(1.608)
Treinamentos/congressos e seminários	(2)	Treinamentos/congressos e seminários	(4)
Serviços de terceiros	(288)	Serviços de terceiros	(437)
Despesas gerais	(82)	Despesas gerais	(171)
Depreciações e amortizações	(9)	Depreciações e amortizações	(18)
Tributos	(59)	Tributos	(119)
<b>2.2. Administração de Investimentos</b>	<b>(1.122)</b>		
Pessoal e encargos	(813)		
Treinamentos/congressos e seminários	(2)		
Serviços de terceiros	(150)		
Despesas gerais	(89)		
Depreciações e amortizações	(9)		
Tributos	(59)		

### 3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade estão resumidas a seguir:

#### 3.1 Estimativas Atuariais e Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as EFPC, requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: Ajustes pelos valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação (apurados conforme manual de precificação do agente custodiante); Provisões matemáticas (calculadas pelo atuário responsável); Ajuste do valor dos ativos classificados como investimentos imobiliários (avaliados por profissional terceirizado); dentre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

#### 3.2 Ativo Realizável – Fluxo dos Investimentos

Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos são os seguintes:

##### 3.2.1 Ativos de renda fixa e investimentos estruturados

Os ativos geridos em carteira própria estão registrados pelo valor de mercado, acrescidos dos rendimentos auferidos de forma “*pro rata*” até a data de encerramento do balanço e deduzidas, quando aplicável, das provisões para perdas e deságios.

No caso dos fundos de investimentos (gestão de terceiros), constituídos sob a forma de condomínio aberto, dos quais a Entidade possui cotas, a precificação é realizada à mercado.



As rendas/variações positivas e deduções/variações negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

A determinação da categoria de precificação dos ativos é realizada com base no estudo de ALM (encontro de ativos e passivos), bem como no fluxo de caixa de cada plano de benefícios. O estudo considera, entre outras coisas, o cenário macroeconômico e as expectativas do mercado no momento da elaboração das Políticas de Investimentos, bem como as características da composição dos ativos de cada plano.

Os títulos públicos e os fundos de investimentos estão sob custódia centralizada em agente custodiante autorizado pela CVM, além de registros nas respectivas *clearings*, quais sejam: CETIP, SELIC e CBLC.

A Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, alterada pela CNPC nº 37, de 13 de março de 2020, estabelece que os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras próprias das EFPC e das carteiras de fundos de investimentos exclusivos devem ser registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e classificados como títulos mantidos até o vencimento ou títulos para negociação, desde que sejam observados os demais parâmetros dispostos na referida Resolução.

As carteiras de títulos e valores mobiliários estão demonstradas pelos seguintes critérios de classificação:

- **Títulos para negociação:** registra os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independente do prazo a decorrer da data da aquisição. Esses títulos devem ser ajustados pelo valor de mercado, no mínimo por ocasião dos balancetes mensais, em conformidade com as normas baixadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **3.2.2 Investimentos Imobiliários**

Os investimentos imobiliários são registrados ao custo de aquisição, ajustados pelo valor das reavaliações efetuadas, calculada pelo método linear, de acordo com o prazo de vida útil de cada bem, conforme estabelecido nos laudos de avaliação.

A Instrução PREVIC nº 15, de 12 de novembro de 2014, estabeleceu que a partir do exercício de 2015 os investimentos imobiliários estão dispensados da depreciação, desde que, ao final de cada exercício realize a reavaliação de todos os imóveis. Até o exercício de 2019 a Mendesprev estabeleceu o critério de não depreciar os bens da carteira de investimentos imobiliários e que realizará, anualmente, a reavaliação patrimonial. A partir do exercício de 2020 a Mendesprev passará a depreciar os investimentos imobiliários, tornado obrigatória a reavaliação patrimonial a cada três anos. Porém, a IN 31 de 2020, tornou novamente a obrigação de reavaliação anual, observando que, quando da alienação, deve ser apresentada reavaliação com prazo de seis meses.

As receitas com locação de imóveis e as despesas realizadas são reconhecidas pelo regime de competência. As informações, detalhadas, a respeito dos investimentos imobiliários e das receitas com aluguel encontram-se na nota 4.4.6.

### **3.2.3 Operações com Participantes:**

As operações com participantes são registradas pelo valor atualizado dos débitos, de acordo com taxa de empréstimos contratadas, acrescidas de atualizações por atraso, quando for o caso.

As provisões para perdas prováveis, na realização dos ativos de empréstimos aos participantes, são constituídas com base nos valores vencidos, conforme o número de dias de atraso, de acordo com o disposto na IN PREVIC 31 de 2020.

### **3.3 Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD**

A provisão para prováveis perdas é constituída com base no valor vencido e vincendo, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto na IN PREVIC 31 de 2020.



### **3.4 Ativo Permanente - Imobilizado/Intangível**

O ativo permanente da Mendesprev, dividido em Imobilizado e Intangível, é registrado no Plano de Gestão Administrativa. Considera os custos decorrentes da aquisição do bem, deduzidos das correspondentes depreciações ou amortizações, que são calculadas pelo método linear.

### **3.5 Exigível Operacional**

É demonstrado por valores conhecidos e calculáveis que representam obrigações relativas às gestões previdenciais e administrativas, bem como passivos operacionais de investimentos dos planos.

### **3.6 Exigível Contingencial**

Registra o montante das provisões contingenciais em decorrência de ações judiciais e/ou administrativa passivas, mantidas contra a Fundação Libertas, conforme sua classificação de êxito.

### **3.7 Provisões das Reservas Matemáticas**

Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício relativos aos benefícios concedidos aos assistidos e a conceder aos participantes, em conformidade com o regulamento de cada plano de benefícios.

As Provisões Matemáticas do Plano Misto de Benefícios Saldado são apuradas com base em cálculos atuariais. Já no Plano CD de Benefícios são apuradas com base nas reservas formadas pelas contribuições previdenciais, acrescidas da variação da cota.

As provisões matemáticas dos benefícios de suplementação de aposentadorias e pensões são avaliadas com base em dados estatísticos e cadastrais da massa de participantes e assistidos.

As provisões matemáticas se dividem em:

- Benefícios concedidos: são os compromissos futuros assumidos pelos Planos de Benefícios em relação aos atuais aposentados e pensionistas;
- Benefícios a conceder: representam os compromissos futuros dos Planos de Benefícios em relação aos atuais participantes ativos, autopatrocinados e BPS (Benefício Proporcional Saldado).

### **3.8 Plano de Gestão Administrativa – PGA**

Os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O saldo do Fundo Administrativo constante no PGA é registrado, por força da legislação vigente, nos Planos de Benefícios. Não representa, porém, obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos.

O Plano CD de Benefícios arca com o custeio administrativo, por meio das contribuições de patrocinadoras e autopatrocinados. Já o Plano Misto de Benefícios Saldado participa do custeio administrativo com contribuições de participantes do BPD e com a rentabilidade dos investimentos, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo para o exercício de 2021, isso até o mês de maio de 2021, quando se iniciou o processo de liquidação extrajudicial, a partir desta data cessam as contribuições.

#### **3.8.1 Custeio Administrativo**

A Resolução MPS/CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 atribui ao Conselho Deliberativo, para as entidades regidas pela LC 109, de 29 de maio de 2001, a competência de definir limites e as fontes para o custeio administrativo, bem como os indicadores quantitativos e qualitativos de gestão dos gastos administrativos.



Além disso, a legislação estabelece a necessidade de segregação financeira e contábil dos recursos administrativos em relação aos recursos previdenciários, inclusive com a elaboração de uma Política de Investimentos para o PGA, a exemplo do que ocorre com os planos de benefícios.

O custeio administrativo é apurado com base em estudos atuariais, realizados na data de cada balanço da Entidade ou quando houver alterações significativas nos encargos. Para o exercício de 2021, o custeio administrativo do Plano CD de benefícios é 1,99% sobre o salário de contribuição o participante. Por motivo do saldamento, o Plano Misto de Benefícios Saldado não possui custeio administrativo das patrocinadoras.

### **3.9 Provisão de Férias, 13º Salário e Respectivos Encargos**

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o 13º salário, são provisionadas no PGA pelo regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

### **3.10 Regime Tributário**

#### **3.10.1 PIS e COFINS**

A apuração da base de cálculo da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS é definida pela Lei nº. 9.718, de novembro de 1998, e suas alterações.

O PIS e COFINS são calculados com as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre o valor do custeio administrativo dos Planos de Benefícios no PGA, adicionando-se, à base de cálculo, os rendimentos dos investimentos do PGA e as receitas diretas.

#### **3.10.2 Imposto de Renda**

A Lei nº. 11.053, de 29 de dezembro de 2004, dispensa as EFPC de reter na fonte e pagar em separado o Imposto de Renda sobre ganhos nas aplicações dos recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios, a partir do Exercício de 2005.

### **3.11 Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas.**

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência.

Quando ocorrem, as variações positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidos após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

### **3.12 Apuração dos Resultados**

O resultado das operações da Mendesprev é apurado pelo regime de competência.

### **3.13 Balancete Consolidado**

Os lançamentos contábeis dos Planos de Benefícios e do PGA são registrados separadamente, porém, durante o mês são realizadas movimentações entre os planos. Para consolidar as informações contábeis da Entidade é utilizado o Plano de Operações Comuns.





#### 4 COMPOSIÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS

##### 4.1 Realizável da Gestão Previdencial (Planos de Benefícios Previdenciais)

Constitui-se de recursos a receber relativos às contribuições para os Planos de Benefícios, contratos de dívidas e outros realizáveis:

	Valores em R\$ mil		
	12/2021	05/2021	2020
<b>PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - SD</b>			
Contribuições em atraso	-	-	1
Valores em Recuperação Judicial da Patrocinadora	3.791	3.556	3.419
Direitos Creditórios Chesf/Xingó	-	291.621	246.798
Outros	-	-	1
Precatórios DER SP	-	7.314	7.244
<b>Total Plano Misto de Benefícios SD</b>	<b>3.791</b>	<b>302.491</b>	<b>257.463</b>
<b>PLANO CD DE BENEFÍCIOS</b>			
Contribuições do mês	-	11	11
Contribuições em atraso	1	3	12
Valores em Recuperação Judicial da Patrocinadora	1.339	1.255	1.207
<b>Total Plano CD de Benefícios</b>	<b>1.340</b>	<b>1.269</b>	<b>1.230</b>
<b>OPERAÇÕES COMUNS</b>			
Ajuste - operações comuns a mais de um plano	-	1	1
<b>TOTAL DO REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL</b>	<b>5.131</b>	<b>303.761</b>	<b>258.694</b>

Os saldos do mês, quando aplicáveis, referem-se às contribuições de maio de 2021, recebidas em junho de 2021. O saldo de contribuições em atraso se refere a contribuições de autopatrocinados.

##### 4.2.1 Direitos Creditórios CHESF/XINGÓ

Os direitos creditórios foram recebidos em função da execução do contrato de dívida junto a Patrocinadora. O contrato se refere a dívida da patrocinadora Mendes Júnior Engenharia S.A, assumida pela patrocinadora Edificadora S.A, mediante assinatura de "Instrumento particular de Assunção de Dívida", de 31 de agosto de 2012. O Contrato original da Dívida foi assinado em 07 de dezembro de 1999 e as contribuições são relativas ao Plano Misto de Benefícios Saldado.

Em outubro de 2013 foi aprovada, por meio de aditivo contratual, a prorrogação do vencimento das parcelas da dívida, com início de recebimento previsto para março de 2014 e término em novembro de 2016.

No exercício de 2014, em virtude da ausência de pagamento das parcelas, os dirigentes da Entidade, então, fazendo uso de uma cláusula contratual, resolveram propor execução judicial do contrato. Antes, porém, a Entidade, por meio do Cartório 2º Ofício de Registros de Títulos e Documentos de Belo Horizonte, fez notificações judiciais às devedoras concedendo-lhes prazo para regularização das parcelas vencidas. Como não houve pagamento, foi proposta a Execução Judicial na 35ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte - MG.

Na sequência da execução, a Patrocinadora ofereceu garantias e propôs, cada qual a seu tempo, embargos à execução, os quais foram impugnados pela Exequente. Foi oferecido como garantia a penhora e bloqueio dos direitos creditórios decorrentes da Ação de Execução Judicial, distribuída para a 12ª Vara Cível do Fórum Central de Recife-PE contra a Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF (processo Xingó), de valor a que a Mendesprev tiver direito, até o montante corrigido da dívida. Além da garantia, nesse acordo judicial nos autos da ação de execução que a Mendesprev move em Belo Horizonte, as devedoras aceitariam e confessariam o montante da dívida, sua liquidez e certeza, bem como a atualização do débito pelo IGPM mais juros de 8% ao ano até a data da efetiva quitação.

No dia 07 de maio de 2015, foi registrado na 35ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte/MG o acordo judicial, que formaliza a penhora da garantia em favor da Mendesprev, onde as partes requerem a homologação do acordo, a formalização da penhora da quantia suficiente ao pagamento da obrigação, atualizada em 30 de abril de 2015, e a





suspensão a execução e respectivos embargos pelo prazo de 24 meses. O referido acordo foi aditado em abril de 2019, quando as partes resolveram prorrogar o prazo por mais 24 meses, a contar de 29 de abril de 2019. No caso de não recebimento do crédito no prazo estipulado a execução ajuizada retomará seu curso.

No dia 02 de junho de 2015, o juiz da comarca de Belo Horizonte emitiu a “Carta Precatória” e enviou a comarca de Recife, com o despacho judicial, onde solicita que proceda a penhora no rosto dos autos, que tramita naquela comarca.

Com base em parecer jurídico, a Mendesprev reconheceu que ao aceitar como pagamento o direito creditório repassado em juízo, a Patrocinadora deixou de ser devedora, portanto, classificou o valor de R\$ 102,3 milhões no grupo de “Outros Investimentos”. A atualização, dos valores, continuou a mesma, IGP-M acrescidos de 8% ao ano. Contudo, em agosto de 2020, mediante determinação da PREVIC, o direito crédito foi reclassificado para a Gestão Previdencial e deixou de integrar os Recursos Garantidores do Plano.

Em junho de 2021, em função da ausência de aditamento do Acordo e da incerteza quando ao recebimento junto a patrocinadora, o montante foi totalmente provisionado para perda na contabilidade.

Contudo, como se trata de direito a receber o valor continua sendo atualizado mensalmente, em 31/12/2021 o saldo credor é de R\$ 314,3 milhões.

#### **4.2.2 Direito Creditório do Estado do Maranhão (Contrato de Dívida do Plano Misto de Benefícios)**

Em 22 de julho de 2010, o Plano Misto de Benefícios recebeu em pagamento da patrocinadora Mendes Júnior Engenharia S.A. o total de 4.060 debêntures de sua 9ª emissão, no valor total de R\$ 35,3 milhões. As debêntures recebidas tinham cronograma de pagamento previsto entre junho de 2015 a maio de 2017, atualizadas pela variação do IGPM e juros de 8% ao ano.

Em razão da ausência dos pagamentos das parcelas do “Contrato de Dação de Debêntures em Pagamento de Precatórios, com Compromisso de Recompra”, conforme cronograma, a Mendesprev realizou as devidas cobranças as Patrocinadoras que, em seguida, encaminharam resposta alegando incapacidade momentânea de pagamento das parcelas e propondo a repactuação com a devolução das debêntures.

Diante da solicitação e considerando os valores de mercado das referidas debêntures, o Conselho Deliberativo autorizou a Diretoria Executiva a aceitar a proposta de conversão do valor atualizado das debêntures em contrato de dívida, uma vez que o Plano Misto de Benefícios possuía liquidez para honrar seus compromissos e obrigações atuariais de forma tempestiva, conforme atesta o estudo de ALM e o parecer atuarial.

No dia 31 de agosto de 2015 foi assinado o “Contrato de Parcelamento de Dívida, Constituição de Garantia e Outras Avenças”, entre a Mendesprev e a patrocinadora Mendes Júnior Engenharia S.A., no valor de R\$ 72,3 milhões. Foi concedido o prazo de carência para o início do pagamento em julho de 2016, com vencimento da última parcela em junho de 2018, com parcelas mensais de R\$ 3 milhões, acrescidas de INPC mais 7% ao ano. Foi oferecido como garantia, até o limite da dívida e seus acessórios e acréscimos, a quota, detida pela Patrocinadora na empresa Unicon – União das Construtoras Ltda., o equivalente a 20% de participação, bem como seus rendimentos ou o produto da liquidação.

Durante o exercício de 2016 a PREVIC analisou o contrato e concluiu que a garantia, oferecida para efeito de pagamento da dívida em caso de descumprimento contratual, não resulta, de imediato, efetiva cobertura total do débito contratado. Desta forma, determinou que a Mendesprev solicitasse à Patrocinadora a troca da garantia ou uma garantia adicional.

Diante do exposto, a Patrocinadora para cumprir a determinação da PREVIC propôs à Mendesprev adicionar à garantia, anteriormente firmada no contrato de dívida, os direitos creditórios que a Mendes Júnior Engenharia S.A. possui na Ação Ordinária de Cobrança que move contra o Estado do Maranhão perante a 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Luís – MA, processo nº 2.411/1992, transitado e julgado, estando em fase de execução.

A garantia proposta foi analisada pela Mendesprev, que solicitou parecer jurídico de um profissional terceirizado, onde concluiu-se que a garantia era suficiente para quitar os débitos em caso de execução. Em seguida, a proposta e o parecer jurídico foram encaminhados ao Conselho Deliberativo da Entidade.

Em razão da incapacidade momentânea de quitação das parcelas do contrato, gerada pela situação econômico-financeira do país, a Patrocinadora, também, solicitou a prorrogação dos vencimentos das parcelas. A solicitação foi



analisada pelos Órgãos Estatutários da Entidade, que solicitaram parecer técnico atuarial de uma empresa especializada. Após análise do todo o processo foi emitido o parecer, onde conclui-se que o saldo positivo entre os fluxos previdencial e de investimentos, indica que o Plano é capaz de honrar com os compromissos assumidos mediante concretização das premissas adotadas.

Dando continuidade ao processo, foi assinado no dia 30 de setembro de 2016 o Aditivo ao Contrato de Parcelamento de Dívida, Constituição de Garantia e Outras avenças, celebrado em 31 de agosto de 2015. Neste ato, foi incluída a nova garantia, mantendo-se, também, a garantia anterior. O aditivo, também, contempla a prorrogação do vencimento das parcelas para início em 29 de novembro de 2019 e término em 29 de outubro de 2021. O valor total da dívida no ato do contrato era de R\$ 83,8 milhões, que gerou 24 parcelas mensais de R\$ 3,5 milhões, que serão acrescidas pelo INPC mais 7% ao ano.

No mês de novembro de 2019, com a impossibilidade de pagar a parcela com vencimento em 29/11/2019, tampouco as outras parcelas a vencer, em razão da crise econômico-financeira que se abateu sobre a mesma, a Patrocinadora apresentou proposta de dação em pagamento, para quitação total da dívida. Foi apresentado em dação o Direito Creditório que a Patrocinadora tem na ação de cobrança que move contra o estado do Maranhão. A proposta foi apresentada ao Conselho Deliberativo que se posicionou a favor, como forma de garantir um ativo suficiente para quitação da dívida vencida em 29/11/2019 e reduzir o risco da contraparte das patrocinadoras. Ressaltamos ainda, que é fato público a situação financeira crítica da Patrocinadora e que este “direito a receber” oferecido e aceito pela Mendesprev, foi considerado o melhor acordo possível, tendo em vista que a expedição do Precatório pelo Poder Judiciário do Maranhão, deve ocorrer em breve, e também, em função das análises das atuais demonstrações contábeis da Mendes Júnior Engenharia S.A., que apontam que seria inócuo qualquer espécie de outras exigências, até mesmo em litígio, na tentativa de receber algum outro ativo com maior nível de liquidez.

O contrato de dação foi assinado no dia 01/12/2019 e deverá ser protocolado perante o juízo da 2ª Vara da Fazenda da Comarca de São Luiz - MA, sendo requerido ao Poder Judiciário do Maranhão que o precatório seja expedido em nome da Entidade. Para evitar qualquer prejuízo econômico-financeiro à Mendesprev, a patrocinadora arcará com a correção dos valores devidos nessa data, pelo IPCA-E acrescido de 6% ao ano pelo método de juro simples até a data da expedição do precatório.

Ato contínuo, a Mendesprev notificou a Patrocinadora para liquidar o débito integral da dívida contratada em 30/09/2016 ou para substituir o crédito dado em pagamento. Passado o prazo concedido na Notificação, procedeu a Execução de Título Extrajudicial desta dívida, que tramita na 5ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte/MG, Processo nº 5071.425.92.2020.8.13/0024. Em seguida, também se movimentou no sentido de ajuizar a Execução de Título Extrajudicial, no valor de R\$ 121,7 milhões, em trâmite na 13ª Vara Cível Federal de São Paulo/SP, tendo obtido medida cautelar de penhora de créditos decorrentes do processo nº 0006773-02.2005.4.03.6100 de titularidade da Patrocinadora. Considerando que o processo em relação ao qual foi determinada a realização de penhora possui disponível apenas o valor de R\$ 39,3 milhões, tendo em vista a existência de penhoras precedentes à determinada pelo Juízo, a Mendesprev e a Mendes Júnior Engenharia S/A, em março de 2021, celebraram o seguinte Acordo Extrajudicial: R\$ 39,3 milhões serão pagos por meio de dação em pagamento em definitivo de parte do crédito que a Patrocinadora detém nos autos do processo nº 0006773-02.2005.4.03.6100 em face da União Federal e R\$ 93,1 milhões serão pagos por meio de dação em pagamento em definitivo de parte do crédito correspondente aos direitos creditórios que a Executada tem na Ação Ordinária de Cobrança que move contra o Estado do Maranhão perante a 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Luís Maranhão, Processo nº 2.4411/1992(0002411-44.1992.8.10.0001).

Por meio do Ofício nº 2/2020/ERMG/DIFIS a PREVIC determinou a baixa contábil do saldo total do contrato de dação, reconhecendo como provisão para perda na contabilidade, com base no princípio contábil da prudência e na Resolução CFC nº 2018/REVISAO NBC01 de 06/11/2018.

No dia 02/03/2021 foi realizada a Execução de Título Extrajudicial nº 5071425-92.2020.8.13.0024, quando parte do direito creditório do Estado do Maranhão, na ordem de R\$ 39,3 milhões, foi substituído pela cessão do Direito Creditório que a patrocinadora detém nos autos do processo nº 0006773-02.2005.4.03.6100 em face da União Federal, referente a FEPASA.



O valor da cessão de direito recebida pela Mendesprev, no dia 01/12/2019, foi R\$ 116,4 milhões e em 31/12/2021 o valor atualizado é de R\$ 107,2 milhões para o direito crédito do Estado do Maranhão e R\$ 45,3 milhões do direito crédito da FEPASA.

#### **4.2.3 Acordo de Confissão de Débitos Previdenciários/Parcelamento e Compromisso de Garantia – 31/03/2015**

Contrato de dívida assinado entre a Mendesprev (Plano Misto de Benefícios) e a patrocinadora Mendes Júnior Trading Engenharia S.A., relativo as contribuições, parte patrocinadora, relativas ao período de novembro de 2014 a março de 2015, que constavam em atraso. O valor pactuado foi de R\$ 1,8 milhões.

Em razão da incapacidade momentânea de pagamento da Patrocinadora, foi necessário a realização de dois aditivos contratuais. O primeiro aditamento contratual foi assinado em 14 de agosto de 2015, onde foram incluídas as contribuições em atraso, parte patrocinadora, do período de abril a julho de 2015, no valor de R\$ 1,1 milhões. O segundo aditamento contratual foi assinado em 11 de dezembro de 2015, onde foram incluídas as contribuições em atraso, parte patrocinadora, do período de agosto a novembro de 2015, bem como as contribuições de dezembro de 2015, totalizando o valor de R\$ 1,3 milhões. O montante da dívida era de R\$ 4,2 milhões, dividida em seis parcelas de R\$ 694,9 mil, acrescidas de INPC mais 7% ao ano, com vencimento da primeira parcela em 31 de julho de 2016.

Os valores do referido contrato de dívida foram incluídos no processo do Plano de Recuperação Judicial da Patrocinadora que foi aprovado em 16/04/2018 e homologado em 17/05/2018 quando ficou determinado que todos os créditos deveriam ser corrigidos pelo INPC sem acréscimo de juros. É importante destacar que a exclusão dos juros de 7% adotado o contrato foi realizado em maio de 2018, adequando-se à metodologia do cálculo. Os valores do contrato e atualizações estão descritos detalhadamente no item 4.2.5.

#### **4.2.4 Contrato de Dívida do Plano CD de Benefícios**

A dívida contratada relativa ao Plano CD de Benefícios foi assinada em 31 de março de 2015, entre a Mendesprev e a patrocinadora Mendes Júnior Trading Engenharia S.A., conforme “Contrato de Parcelamento de Dívida, Constituição de Garantia e Outras Avenças”. O valor pactuado foi de R\$ 645,3 mil, relativo as contribuições de novembro de 2014 a março de 2015, que encontravam-se atrasadas.

Durante o exercício de 2015, foram realizados dois aditivos ao contrato de dívida inicial. O primeiro aditamento contratual foi assinado em 14 de agosto de 2015, onde foram incluídas as contribuições em atraso, parte patrocinadora, do período de abril a julho de 2015, no valor de R\$ 389,5 mil. O segundo aditamento contratual foi assinado em 11 de dezembro de 2015, onde foram incluídas as contribuições em atraso, parte patrocinadora, do período de agosto a novembro de 2015, bem como as contribuições de dezembro de 2015, totalizando o valor de R\$ 403 mil. O montante da dívida era de R\$ 1,5 milhões, dividida em seis parcelas de R\$ 241,3 mil, acrescidas da variação do INPC mais 7% ao ano (alterado no Plano de Recuperação Judicial), com vencimento da primeira parcela em 31 de julho de 2016.

O valor do referido contrato de dívida entrou no processo de Recuperação Judicial da Patrocinadora, conforme detalhado no item 4.2.5.

#### **4.2.5 Valores a receber incluídos na Recuperação Judicial da Patrocinadora**

No dia 7 de março de 2016 a Mendes Júnior Trading Engenharia S.A. entrou com pedido de recuperação judicial. O requerimento foi realizado na 1ª Vara Empresarial de Belo Horizonte. O processo de recuperação judicial foi deferido no dia 11 de março de 2016.

Quando publicado o Plano de Recuperação Judicial da Patrocinadora Mendes Júnior Trading S.A., observou-se que os créditos da Mendesprev estavam classificados como “créditos quirografários”. A proposta para esta classe de crédito é o pagamento com deságio e com prazo maior. Quirografário é um tipo de crédito classificado como simples e sem garantia real, por isso, não possui privilégio na ordem de pagamento. Por entender que trata-se de uma verba alimentícia, a Diretoria Executiva enviou uma correspondência à Administradora Judicial questionando tal classificação. Em 23 de fevereiro de 2017 foi publicado outro edital, porém o crédito foi mantido com a mesma classificação. Em seguida a Mendesprev requereu ao juiz do processo a impugnação de crédito, para que seja revista a classificação.



No dia 13 de novembro de 2017 o Conselho Deliberativo da Mendesprev aprovou o voto a favor da recuperação, por entenderem as razões da Patrocinadora. No dia 27 de novembro de 2017 foi realizada a primeira assembleia geral dos credores. Naquela ocasião os credores quirografários realizaram uma contraproposta ao plano de Recuperação Judicial.

Em 25 de janeiro de 2018 a Patrocinadora apresentou uma nova proposta. A nova assembleia aconteceu em 16 de abril de 2018. O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado em 17/05/2018 e o crédito da Mendesprev se manteve como quirografário, porém a Mendesprev ainda aguarda a decisão do Juízo para reclassificação do crédito para a classe trabalhista (alimentícia). Foi impetrada uma ação judicial para que esse crédito fosse reclassificado devidamente.

O Plano de Recuperação Judicial estipulou duas opções para o recebimento do crédito quirografário. Por motivo de liquidez financeira, a Mendesprev decidiu pela opção 2, pois mesmo com o deságio maior, o prazo de recebimento é bem menor. Na classe trabalhista não há determinação de deságio e recebimento seria imediato. Outro ponto relevante do Plano de Recuperação Judicial é determinação da atualização do crédito pelo INPC, sem acréscimo de juros. Com isso, foi necessário alterar a forma de atualização e reconhecer a diferença apurada do início da recuperação judicial até a homologação do Plano.

Em novembro de 2018 para atender à determinação da PREVIC, a Mendesprev reconheceu o registro do deságio de 40%. A Entidade ainda aguarda a reclassificação dos créditos.

Os valores estão registrados nas contas “Valores a Receber em Recuperação Judicial”, na Gestão previdencial e o saldo em 31/12/2021 é R\$ 3,8 milhões para o Plano Misto de Benefícios Saldado e R\$ 1,3 milhão. Os valores são atualizados mensalmente pela variação do INPC.

#### **4.2.6 Precatórios do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de São Paulo – DER-SP**

Os precatórios são direitos/créditos a receber repassados pelo patrocinador em dação de pagamento de obrigações.

O Plano Misto de Benefícios-PMB possui como um de seus principais ativos o Precatório emitido, pelo Estado de São Paulo relativo ao D.E.R. - Departamento de Estradas e Rodagens, a favor da Mendes Júnior e Engenharia, que foi repassado a Mendesprev para quitar de contribuições previdenciárias. Este ativo representava, em maio/2020, o valor de R\$ 54,1 milhões, que correspondente ao valor do saldo devedor do Precatório, acrescido dos juros e atualização estabelecidos no entendimento do Supremo Tribunal Federal. Ocorre que o Estado de São Paulo autorizou o pagamento de apenas 13,30% do montante esperado, no valor de R\$ 7,2 milhões, como quitação integral, ou seja, um valor bem inferior ao devido. A Mendesprev informa também que, por meio de seus advogados, impugnou o referido cálculo, em função de discordância da correção monetária e juro de mora utilizados para atualização do valor do referido precatório. Para isso, foram providenciadas todas as medidas cabíveis.

A Mendesprev, conforme preconiza a legislação, comunicou a Patrocinadora o fato relevante referente a liberação de pagamento do precatório emitido pelo Estado de São Paulo relativo ao D.E.R. a favor da Mendes Júnior Engenharia S.A., e repassado em forma de pagamento de contribuições para a Mendesprev, para que possam buscar em conjunto alternativas de solução.

Contudo, em 01/08/2020 a diferença correspondente ao valor não depositado pelo DER-SP foi reconhecida como perda, baixando o valor total de R\$ 45,5 milhões. Destaca-se que o valor baixado será discutido judicialmente para eventual direito a valor complementar, que poderá ser revertido em ganho para o Plano.

No dia 02/03/2021, o Juízo deferiu o levantamento do depósito do Precatório do valor incontroverso.

No dia 22/02/2021 a Mendesprev recebeu o valor que se encontrava em juízo para pagamento, no valor de R\$ 7,4 milhões.

Em 31/12/2021 o valor atualizado deste precatório é R\$ 63,5 milhões.

#### **4.2.7 Precatórios da Prefeitura Municipal de São Paulo**

Os precatórios da Prefeitura municipal de São Paulo foram objeto de depósito judicial em 04 de outubro de 2017 por aquela entidade no valor de R\$ 26,2 milhões, na pretensão de quitação de seu passivo. A Mendesprev impugnou o referido valor, em função de discordância quanto aos cálculos de correção monetária e juros de mora para pagamento do referido precatório. Em 15/10/2018 a Prefeitura Municipal de São Paulo efetuou depósito na conta corrente do Plano



Misto de Benefícios no valor de R\$ 22,8 milhões referente ao pagamento de parte dos precatórios, deduzido de honorários advocatícios e de imposto de renda retido indevidamente no valor de R\$ 545 mil. A Mendesprev, por meio de seus advogados, solicitou ao Juízo a devolução do valor e a emissão de precatório complementar.

Pelo fato de o assunto encontrar-se em discussão judicial, o saldo foi integralmente provisionado para perda em 01/08/2020. Em 31/12/2021 o saldo em discussão é R\$ 29,3 milhões.

#### 4.2 Realizável da Gestão Administrativa (Planos de Benefícios Previdenciais e PGA)

Constitui-se de direitos e recursos a receber relativos às contribuições e outros realizáveis para a cobertura das despesas administrativas do Plano de Benefícios:

Valores em R\$ mil			
	12/2021	05/2021	2020
<b>PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – SD</b>			
Fundo Administrativo	370	370	370
<b>PLANO CD DE BENEFÍCIOS</b>			
Fundo Administrativo	234	234	234
<b>PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>			
Contribuição para custeio	1	3	8
Adiantamento a empregados e fornecedores	-	1	1
Reembolso de despesa administrativa	-	-	-
Custeio Administrativo Investimentos	194	189	199
<b>Total Plano de Gestão Administrativa</b>		<b>797</b>	<b>208</b>
<b>OPERAÇÕES COMUNS</b>			
Operações comuns a mais de um plano	(799)	(797)	(720)
<b>TOTAL DO REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	-	-	-

O ajuste de operações comuns se refere, principalmente, aos fundos administrativos dos Planos de Benefícios no PGA e as repasses de custeio administrativo.

O custeio administrativo se refere a parcela descontada dos investimentos do Plano Misto de Benefícios – SD, com a finalidade de transferir para o PGA para custear as despesas administrativas do mês.

#### 4.3 Realizável dos Investimentos (Planos de Benefícios Previdenciais e PGA)

Os recursos dos planos previdenciais e administrativo são aplicados de acordo com as respectivas Políticas de Investimentos onde se define as diretrizes de macroalocação, os limites de risco, os ativos elegíveis e a alocação tática dos recursos, por segmento de investimentos.

A Mendesprev faz a segregação real dos recursos dos planos por ela administrados. Os investimentos são realizados em ativos de Renda Fixa, Investimentos Estruturados e Investimentos Imobiliários.

O Realizável dos Investimentos é composto pelas contas: Títulos Públicos; Fundos de Investimentos; Investimentos Imobiliários; Depósitos Judiciais; Outros Realizáveis, cujos saldos por plano de benefícios, podem ser observados na Demonstração do Ativo Líquido.

##### 4.3.1 Classificação dos Títulos

- Títulos para negociação (marcação à mercado)

Os títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, independentemente do prazo a decorrer entre a data de aquisição e da venda, são avaliados a valor de mercado, em contrapartida ao resultado do exercício.



#### 4.3.2 Títulos Públicos

A carteira de investimentos da Mendesprev é composta por títulos públicos federais, precificados a mercado, assim distribuídos:

			Valores em R\$ mil
	12/2011	05/2021	2020
<b>PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – SD</b>			
Títulos Públicos Federais	8.449	15.289	35.433
<b>PLANO CD DE BENEFÍCIOS</b>			
Títulos Públicos Federais	1.342	2.684	2.787
<b>TOTAL DOS TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>9.791</b>	<b>17.973</b>	<b>38.220</b>

Os títulos públicos federais são compostos por Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), atrelados a uma taxa anual pactuada no momento da compra, acrescidos da variação do IPCA.

#### 4.3.3 Ativo Financeiro de Crédito Privado

Os ativos classificados em “Sociedades Limitadas” e “Pessoas Físicas” são direitos creditórios decorrentes de alienação de imóveis. Os saldos devedores dessas vendas são atualizados mensalmente, de acordo com o contrato firmado entre as partes.

			Valores em R\$ mil
	12/2021	05/2021	2020
<b>PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – SD</b>			
Sociedades Limitadas	-	711	672
Pessoas Físicas	-	-	127
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>711</b>	<b>799</b>

O último contrato foi integralmente quitado em julho de 2021.

#### 4.3.4 Ações

As ações da carteira de investimentos foram recebidas da patrocinadora Mendes Júnior Engenharia S.A. Em dezembro de 2019 as ações deixaram de ser listadas da Bolsa de Valores, o que impossibilitou mensurar seu valor de mercado. Por isso, em 01/08/2020 as ações foram provisionadas para perda na contabilidade. Destaca-se que as ações permanecem custodiadas sob a titularidade da Mendesprev no valor total de R\$ 1,6 milhões.

#### 4.3.5 Fundos de Investimentos

Os fundos de investimentos da carteira foram selecionados pela área Financeira da Entidade e passaram pela avaliação do Comitê de Investimentos, por meio de análises com base no cenário econômico, nos pareceres da empresa de consultoria financeira contratada e nos critérios estabelecidos nas respectivas Políticas de Investimentos.





Valores em R\$ mil			
	12/2021	05/2021	2020
<b>PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - SD</b>			
Fundo do Investimento – RF	6.677	1.812	231
Fundo de Direitos Creditórios	1	3	4
Fundo de Participações	11.774	13.698	14.112
<b>Total Plano Misto de Benefícios - SD</b>	<b>18.452</b>	<b>15.513</b>	<b>14.347</b>
<b>PLANO CD DE BENEFÍCIOS</b>			
Fundo do Investimento – RF	2.261	644	951
Fundo Multimercado	-	380	373
<b>Total Plano CD de Benefícios</b>	<b>2.261</b>	<b>1.024</b>	<b>1.324</b>
<b>PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>			
Fundo Referenciado	345	605	522
<b>Total Plano de Gestão Administrativa</b>	<b>345</b>	<b>605</b>	<b>522</b>
<b>TOTAL DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS</b>	<b>21.058</b>	<b>17.142</b>	<b>16.193</b>

#### 4.3.6 Investimentos Imobiliários

/ Valores em R\$ mil			
	12/2021	05/2021	2020
<b>PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – SD</b>			
Imóveis para aluguel e renda locados a terceiros	966	15.100	15.186
Imóveis para aluguel de uso próprio	1.327	1.470	1.470
Outros Investimentos Imobiliários	19.717	10.835	15.960
<b>Total Plano Misto de Benefícios - SD</b>	<b>22.009</b>	<b>27.405</b>	<b>32.616</b>

A carteira de Investimentos Imobiliários, do Plano Misto de Benefícios Saldado, é composta por imóveis locados e imóveis para venda. Destaca-se que o Plano CD de Benefícios não possui investimentos imobiliários.

Em função da vacância, os imóveis denominados Loja do Edifício Vivaldi e Edifício Urucuia foram transferidos para Outros Investimentos Imobiliários, pois estes se encontram a venda.

Os imóveis que compõem a carteira de investimentos foram reavaliados em 02/07/2021. O serviço de reavaliação foi realizado pela empresa APC – Avaliações Patrimoniais S/C Ltda., CNPJ nº 01.447.086/0001-68, sob a direção do avaliador responsável, o Sr. Mário Lucas Gonçalves Esteves, que possui o registro de nº 472 no IMAPE (Instituto Mineiro de Avaliações e Perícias).

A carteira em 31/12/2021 é composta pelos imóveis denominados:

- Salas do Edifício João Pinheiro, R\$ 3,5 milhões;
- Loja do Edifício Vivaldi, R\$ 6,2 milhões;
- Edifício Urucuia, R\$ 6,9 milhões;
- Apartamentos e vagas de garagem do Condomínio Cennário, R\$ 4 milhões;
- Apartamento do Condomínio Spazio Dell' Acqua, R\$ 1,5 milhões.

##### 4.3.6.1 Imóveis classificados como aluguéis e renda

No encerramento do exercício a carteira de imóveis para locação era composta pelas salas 601 a 603 do Edifício João Pinheiro.

O Plano Misto de Benefícios Saldado possui investimento de 50% do valor do Edifício Paulo Gomes de Assis, localizado na rua Urucuia, nº 48, bairro Floresta, Belo Horizonte – MG.





#### **4.3.6.2 Outros Investimentos Imobiliários**

Os valores classificados em “Outros Investimentos Imobiliários” referem-se à:

- Apartamentos e vagas de garagem autônomas recebidos em virtude de permuta, de terrenos situados no bairro Vila da Serra (Nova Lima/MG), com as construtoras Even e Masb;
- Salas 604 a 609 do Edifício João Pinheiro;
- Loja do Edifício Vilvaldi;
- 50% do valor do Edifício Paulo Gomes de Assis, localizado na rua Urucuia, nº 48, bairro Floresta, Belo Horizonte – MG.

#### **4.3.7 Empréstimos**

As carteiras de empréstimos, dos planos de benefícios, encontram-se suspensas para novas concessões desde novembro de 2014.

A carteira do Plano CD de Benefícios encontra-se totalmente provisionada para perda, em razão das inadimplências superiores aos prazos apresentados na nota 3.3. A carteira do Plano Misto de Benefícios Saldado não possui saldo em aberto.

Conforme prevê o Regulamento de Empréstimos, a Mendesprev realiza cobranças para receber os valores inadimplentes, quando não se obtém sucesso os contratos são executados judicialmente.

Em 31/12/2021 o saldo provisionado para perda é de R\$ 390,8 mil

#### **4.4.8 Investimentos/ Depósitos Judiciais/Recursais**

No dia 11 de abril de 2017, o Juiz da 24ª Vara Federal do Estado de Minas Gerais determinou bloqueio de R\$ 10 milhões nas contas correntes e de investimentos da Mendesprev. Os bloqueios referem-se aos autos da Execução Fiscal nº 0007266-27.1997.4.01.3800 que a Fazenda Nacional move contra a patrocinadora Mendes Júnior Engenharia S.A. A Fazenda Nacional entende que há ineficácia em relação ao credor exequente de cessão de crédito de precatórios em favor da Mendesprev.

A Mendesprev tomou as providências cabíveis junto a Patrocinadora e, em seguida, contratou consultoria jurídica, que impetrou os recursos cabíveis para liberação da quantia bloqueada. O saldo contabilizado em 31/12/2021 é de R\$ 11,9 milhões.

#### **4.3.9 Outros Realizáveis**

A seguir a composição do grupo de conta:

	Valores em R\$ mil		
	12/2021	05/2021	2020
<b>PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – SD</b>			
Valores a receber em Recuperação Judicial da Patrocinadora	93	87	84
<b>PLANO CD DE BENEFÍCIOS</b>			
Valores a receber em Recuperação Judicial da Patrocinadora	141	132	127
<b>TOTAL</b>	<b>234</b>	<b>219</b>	<b>211</b>



#### 4.4 Exigível Operacional da Gestão Previdencial (Planos de Benefícios Previdenciais)

Nesse grupo de contas estão registrados os valores relativos aos benefícios do mês de maio de 2021, com previsão de quitação no mês de junho de 2021. O mesmo se aplica às retenções a recolher da folha de benefícios, relativas aos meses subsequentes a maio de 2021. A retenção temporária implantada na competência de dezembro será detalhada na nota 6.

	Valores em R\$ mil		
	12/2021	05/2021	2020
<b>PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – SD</b>			
Benefícios a pagar	1.687	3.212	3.355
Benefícios a pagar – Retenção Temporária	132	128	126
Retenções a recolher	389	1.136	4.684
Outras exigibilidades	-	-	3
Liquidação Extrajudicial – Obrigação com Credores	583.392	-	-
(-) Insuficiência (Déficit)	(548.708)	-	-
<b>Total Plano Misto de Benefícios – SD</b>	<b>36.892</b>	<b>4.476</b>	<b>8.042</b>
<b>PLANO CD DE BENEFÍCIOS</b>			
Benefícios a pagar	18	18	18
Retenções a recolher	5	17	6
Outras exigibilidades	1	3	6
<b>Total Plano CD de Benefícios</b>	<b>24</b>	<b>38</b>	<b>28</b>
<b>OPERAÇÕES COMUNS</b>			
Ajuste - operações comuns a mais de um plano	(1)	(3)	(6)
<b>Total Operações comuns a mais de um plano</b>	<b>(1)</b>	<b>(3)</b>	<b>(6)</b>
<b>TOTAL DO EXIGÍVEL OPERACIONAL – PREVIDENCIAL</b>	<b>36.915</b>	<b>4.511</b>	<b>8.064</b>

O ajuste de operações comuns se refere aos valores das taxas de custeio administrativos que os Planos de Benefícios devem repassar ao PGA no mês subsequente.

Os valores da retenção temporária foram devolvidos aos beneficiários, restando o saldo de R\$ 132 mil em 31/12/2021, em virtude das baixas de benefícios no período e que aguardam decisão judicial para devolver os valores retidos.

Em função da Liquidação Extrajudicial da Entidade, a partir do mês de junho cessaram os pagamentos dos benefícios previdenciais. Passou a ser pago um percentual referente a antecipação de liquidação das reservas matemáticas dos assistidos. Os valores pagos mensalmente a título de antecipação foram deduzidos do saldo geral de credores.

Os valores relativos a Liquidação Extrajudicial serão detalhados no item 4.8.1 e 4.9.

#### 4.5 Exigível Operacional da Gestão Administrativa (PGA)

No exigível operacional do PGA estão registrados os valores a pagar da folha de pagamento administrativa e encargos, retenções a recolher, credores e fornecedores diversos.

	Valores em R\$ mil		
	12/2021	05/2021	2020
<b>PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>			
Contas a pagar	49	148	124
Retenções a recolher	15	41	56
Tributos a recolher	9	8	39
<b>Total de Gestão Administrativa</b>	<b>73</b>	<b>197</b>	<b>219</b>



#### 4.6 Exigível Operacional da Gestão dos Investimentos

Na conta Investimento Imobiliário estão registrados os valores recebidos a título de adiantamento, referente as alienações de unidades de apartamento da carteira imobiliária, cujos compradores aguardam financiamento bancário para quitar os respectivos imóveis. O saldo em 31/12/2021 é de R\$ 1,2 milhão.

Também se encontra registrado o valor do custeio administrativo do mês de dezembro, que o Plano Misto de Benefícios – SD deve transferir para o PGA, na ordem de R\$ 194 mil.

#### 4.7 Exigível contingencial

Com base nas informações e pareceres dos advogados contratados pela Mendesprev, seguem os processos classificados como perda PROVAVEL, que compõem o Exigível Contingencial:

GESTÃO	Nº DO PROCESSO	AÇÃO	CHANCE DE PERDA	Posição 31/12/2021
PREVIDENCIAL	0024.99.02.6.195-0	Ordinária – Revisão de Pensão	PROVAVEL	626.614,13
INVESTIMENTO	0060515.65.2012.8.13.0188	Indenização por Danos Materiais (atraso na entrega do imóvel)	PROVAVEL	68.927,55
INVESTIMENTO	0021200-93.2013.8.13.0188	Indenização por Danos Materiais	PROVAVEL	229.758,51
INVESTIMENTO	0016844.21.2014.8.12.0188	Indenização por Danos Materiais	PROVAVEL	120.101,04
INVESTIMENTO	1862631-39.2014.8.13.0024	Indenização por Danos Materiais	PROVAVEL	83.548,55
INVESTIMENTO	2414903-41.2014.8.13.0024	Indenização por Danos Materiais	PROVAVEL	135.766,39
INVESTIMENTO	0024.12.277.662-8	Rescisão contratual perdas e danos	PROVAVEL	844.318,44
INVESTIMENTO	0025.232.36.2.016.4.01.3800	Bloqueio Judicial	PROVAVEL	22.999.996,82
INVESTIMENTO	10680.012524-2008-51	Manifestação de Inconformidade Compensação de IRRF	PROVAVEL	790.995,90
INVESTIMENTO	15504.013850/2009-11	Manifestação de Inconformidade Compensação de IRRF	PROVAVEL	498.158,23
<b>TOTAL</b>				<b>26.398.185,57</b>

##### 4.7.1 Indenizações por Danos Materiais.

Pedidos de indenizações referentes as unidades recebidas na permuta com as Construtoras Even e Masb. Algumas unidades foram vendidas na fase de construção, porém as construtoras atrasaram a entrega destas. Em virtude do atraso os compradores entraram na justiça o pleiteando danos morais.

Os advogados do processo entendem que a chance de perda é “provável”, por isso os valores foram provisionados no passivo contingencial.

##### 4.7.2 Rescisão Contratual de Venda de Imóvel

Um dos compradores, de apartamento, impetrou Ação de Rescisão Contratual cumulada com perdas e ganhos contra a Mendesprev e a Construtora Even, sob argumento de que adquiriram o imóvel e este não foi entregue na data aprazada. Requereu a rescisão do contrato com a devolução dos valores pagos, bem como lucro cessantes, multa compensatória e danos morais.

O imóvel continua na titularidade da Mendesprev, porém não pode ser negociado por fazer parte do processo judicial em andamento. O valor atualizado do processo em 31/05/2021 é R\$ 816,2 mil.

##### 4.7.3 Bloqueio Judicial

O processo se refere aos Execução Fiscal nº 0007266-27.1997.4.01.3800, onde a Fazenda Nacional move em face dos representantes da Mendes Júnior Engenharia S.A., que em decisão entende que há ineficácia em relação ao credor exequente de cessão de crédito de precatórios em favor da Mendesprev. O valor atualizado do processo em 31/05/2021 é R\$ 22,2 milhões.



Conforme destacado na 4.4.8, referente ao referido processo, houve bloqueios judiciais nas contas do Plano Misto de Benefícios Saldado, cujo valor atualizado em 31/12/2020 é R\$11,9 milhões.

A Mendesprev tomou as providências judiciais cabíveis e conforme preconiza a legislação, comunicou a Patrocinadora o fato relevante para que, como parte envolvida no processo, buscar solução conjunta.

#### **4.7.4 Manifestação de Inconformidade de IRRF**

A Mendesprev possui dois processos de auto de inflação proferido pela Delegacia da Receita Federal em Belo Horizonte, referentes ao Plano Misto de Benefícios.

Quando do recebimento de precatórios, em dezembro/2006 e março/2008, a Entidade teve retenção de Imposto de Renda na fonte. Considerando que, em razão da sua atividade, é isenta do Imposto de Renda, realizou compensações de outros tributos com o referido valor retido.

As compensações foram realizadas no período de setembro/2008 e agosto/2009, por meio de PDD/PERDCOMP, porém a Receita Federal do Brasil não acatou os pedidos.

A Mendesprev impetrou a Manifestação de Inconformidade Compensação de IRRF. Os processos encontram-se no CARF-Conselho Administrativo de Recursos Fiscais para julgamento.

#### **4.8 Provisões Matemáticas (Planos de Benefícios Previdenciais)**

Os detalhes das provisões matemáticas estão apresentados na Demonstração das Provisões Técnicas de cada Plano de Benefícios.

##### **4.8.1 Plano Misto de Benefícios Saldado**

As Provisões Matemáticas, posicionadas em 31/12/2020 e 31/05/2021, foram constituídas com base em cálculos atuariais conduzidos sob a responsabilidade da empresa contratada Rodarte Nogueira Consultoria em Estatística Atuarial Ltda., sob a responsabilidade do atuário Thiago Fialho de Souza, MIBA/MTE 2.170. Representam os compromissos da Entidade, no encerramento do período, relativos aos benefícios concedidos e a conceder.

A reserva de Benefícios Concedidos refere-se à cobertura dos compromissos com as suplementações de benefícios previdenciais já concedidos aos assistidos ou beneficiários em gozo de prestação continuada.

A reserva de Benefícios a Conceder refere-se aos compromissos futuros da Entidade com os participantes ativos que ainda não adquiriram o direito à percepção de benefícios, bem como com aqueles que já o têm, mas ainda não o exerceram.

Em razão da Liquidação Extrajudicial da Entidade, em 01/06/2021, as reservas matemáticas passaram a constituir o quadro de credores, por isso, nesta data, o valor de R\$ 559,2 milhões foi transferido para a conta "Obrigações com Credores" no grupo de Passivo.

Diante do exposto, não há mais a necessidade da realização de cálculos atuariais para atualização das provisões matemáticas. O Saldo registrado no passivo em 31/12/2021 é de R\$ 583,4 milhões, corrigidos mensalmente pela variação do INPC.

##### **4.8.2 Plano CD de Benefícios**

O Plano é de Contribuição Definida Puro, no qual os benefícios têm o seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção dos benefícios. Por isso, a formação da reserva matemática se dará pelo método de capitalização financeira individual, por meio do sistema de cotas variáveis em função dos resultados das aplicações dos ativos do Plano.



Em função da situação de liquidação extrajudicial da Entidade, não foi realizado estudo da taxa de juros para o exercício findo em 2021. Cabe destacar que as cotas serão devolvidas aos participantes em 2022.

#### **4.9 Equilíbrio Técnico (Planos de Benefícios Previdenciais)**

Por se tratar de um plano com característica de acumulação de reservas, o Plano CD de Benefícios não gera resultado superavitário ou deficitário

O Equilíbrio Técnico registra o superávit ou déficit em relação aos compromissos totais do Plano Misto de Benefícios Saldado. O cálculo considera as adições, deduções acrescidas ou deduzidas da cobertura e da reversão de despesas administrativas, do fluxo de investimento, da constituição e da reversão das contingências, das provisões matemáticas e dos fundos, contabilizados no grupo de contas da gestão previdencial.

A Demonstração da Muta     do Patrim     Social apresenta, de forma consolidada, as movimentac    es no patrim     social, inclusive quanto ao resultado do Plano Misto de Benef    cios Saldado.

Conforme avalia     atuarial para o encerramento de 2020, o Plano vinha apresentando d      t t    cnico, cuja natureza perpassa seu desempenho financeiro, sua modelagem, grau de maturidade, altera    es de hip    teses e estat    sticas em torno destas. Sendo assim, atribuem    natureza do resultado, causas estruturais e conjunturais.

De janeiro a maio de 2021 o Plano apresentou super    vit de R\$ 12,1 milh    es, o que reduziu o d      t de R\$ 234,9 milh    es para R\$ 222,8 Milh    es.

Em virtude a Liquida       Extrajudicial e para atender as normas cont    beis vigentes, d      t foi transferido ao passivo operacional "(+/-) Excesso/Insufici    ncia".

#### **4.10 Fundos (Planos de Benef    cios Previdenciais e PGA)**

##### **4.10.1 Fundos Previdenciais**

O Fundo Previdencial do Plano CD de Benef    cios    constitu    do pelas sobras das contribui    es realizadas pelas Patrocinadoras em nome dos participantes, que na data do t    rmino do v    nculo empregat    cio optam pelo resgate de cota ou pela portabilidade, ou seja, conforme previsto no regulamento, no caso de op      o pelo resgate ou pela portabilidade, o participante poder   resgatar o total das suas contribui    es efetuadas ao Plano mais um percentual das contribui    es da Patrocinadora, feitas em seu nome, de acordo com o tempo em que esteve vinculado a mesma. O saldo em 31/12/2021    R\$ 1,2 milh    o.

##### **4.10.2 Fundo Administrativo**

O Fundo Administrativo    uma reserva que foi constitu    da pela sobra entre o custeio administrativo e as despesas administrativas realizadas no m    s. A sua finalidade    a utiliza      o na cobertura das despesas administrativas, quando estas forem superiores   s fontes de custeio.

Os saldos, bem como as movimentac      es mensais no Fundo Administrativo, s  o registrados no Ativo e no Passivo dos Planos de Benef    cios.

	Valores em R\$ mil		
	12/2021	05/2021	2020
<b>PLANO DE GEST����O ADMINISTRATIVA</b>			
Fundo Administrativo do PMB	339	369	369
Fundo Administrativo do PCD	234	234	234
<b>TOTAL FUNDO ADMINISTRATIVO</b>	<b>603</b>	<b>603</b>	<b>603</b>



## **5 PARTES RELACIONADAS**

O Plano Misto de Benefícios Saldado possui ações da patrocinadora Mendes Júnior Engenharia S.A. (16.970 – MEND3 – ON, 36.686 – MEND5 – PNA e 36.686 – MEND6 – PNB), recebidas em dação em pagamento, em outubro de 2002.

Conforme destacado na nota 4.4.4 os valores foram baixados para perda. Em 31/12/2021 o valor das ações é R\$ 1,6 milhões, divididos em R\$ 848 mil de ações ON; R\$ 322 mil de ações PNA e R\$ 493 mil de ações PNB.

## **6 EFEITOS DA COVID-19**

No dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a doença causada pelo Coronavírus 2019 (COVID-19) como uma pandemia. O impacto desta pandemia afeta severamente as economias mundiais, sendo que os resultados econômicos e financeiros das empresas - e consequentemente dos países - refletem as altas volatilidades e incertezas de mercado.

A Mendesprev vem acompanhando os desdobramentos da situação bem como as orientações do Ministério da Saúde e dos demais órgãos reguladores.

Durante os exercícios de 2020 e 2021 a Mendesprev manteve os pagamentos aos aposentados e pensionistas, além do atendimento por telefone e correspondência eletrônica.

A partir destas Notas Explicativas é possível acompanhar os resultados econômicos e financeiros apurados pelos Planos de benefícios Previdenciais Administrados pela Mendesprev.

Destaca-se que desde o início da pandemia a Mendesprev vem sendo monitorada mensalmente pela PREVIC, enviando mensalmente informações relativas aos planos de benefícios.

## **7 QUADRO GERAL DE CREDORES DO PLANO CD DE BENEFÍCIOS**

Como fato subsequente, no dia 16/02/2022, na forma do artigo 25 da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, combinado com o artigo 62 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, o liquidante da Mendesprev Sociedade Previdenciária - "Em Liquidação Extrajudicial" tornou público o quadro dos credores (provisório) admitidos na liquidação do PLANO CD DE BENEFÍCIOS – CNPB nº 2009.0034-38 organizados consoante decisões nos processos de Declarações de Crédito e disposições legais pertinentes, o montante total é de R\$ 4 milhões.

## **8 COBERTURA DE SEGUROS DE IMÓVEIS**

Em 31 de dezembro de 2020, o seguro contratado foi considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros no imóvel de terceiros, onde está localizada a sede da Mendesprev, bem como nos bens de propriedade da Entidade.

## **9 INFORMAÇÕES FINAIS**

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis da **MENDESPREV SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA – EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL** de 31 de dezembro de 2021.

---

**WEDERSON DIAS VIEIRA**

Contador – CRC/MG 085.855-5/O

CPF: 045.128.386-43

---

**CORNÉLIO MEDEIROS PEREIRA**

Liquidante

CPF: 029.406.578-40